

Participação nas redes digitais como vigilância e trabalho

Gabriela RAULINO¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Resumo

O presente artigo evidencia relações entre a cultura participativa nas redes digitais, o capitalismo contemporâneo e os nexos entre dispositivos de vigilância e os regimes de visibilidade, no domínio específico das tecnologias e meios de comunicação. A discussão se fundamenta no diálogo entre categorias da vigilância, como “cultura de vigilância” (LYON, 2014) e “regimes de visibilidade” (BRUNO, 2010), e dos estudos da Economia Política da Comunicação, como trabalho imaterial no capitalismo cognitivo (ALBAGLI, 2013) e trabalho informacional (e semiótico) no capital—informação (DANTAS, 2006; 2013; 2014). Ao fim e a cabo, reforçamos a ideia de que as atividades que as pessoas vivenciam se divertindo nas redes digitais é conteúdo fundamental para exploração na vigilância e na economia, nessa última se configurando contraditoriamente como “trabalho”.

Palavras-chave: vigilância, participação, capitalismo, mais-valia 2.0, redes digitais.

I – Introdução

O ambiente das redes digitais favorece a produção de uma grande massa de dados por parte dos usuários, cada vez mais convidados a fazerem parte de uma cultura pautada pela participação e pelo compartilhamento. O que é feito com esses dados, no entanto, é uma questão obscura para quem o produz, mas que tem se revelado cada vez mais clara nos interesses da vigilância e das apropriações capitalistas. A ideia central do presente artigo é justamente evidenciar relações entre essa cultura participativa, os nexos entre dispositivos de vigilância e os regimes de visibilidade (no domínio mais específico das tecnologias e meios de comunicação) e o capitalismo contemporâneo. A hipótese explorada é a de o encontro entre o interesse dos usuários em participar e o do capitalismo em monetizar essa participação tem criado um ambiente que favorece de modo sem precedentes a novas formas de vigilância e controle.

No sentido do objetivo proposto, o artigo inicia com uma discussão mais geral sobre a problemática da vigilância na sociedade contemporânea, a partir das categorias de

¹Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Estudos da Mídia, Especialista em Políticas Públicas, Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFRN). Docente no curso superior de Tecnologia em Produção Cultural (IFRN). E-mail: gabrielaraulino@yahoo.com.br.

“cultura de vigilância” (LYON, 2014) e “regimes de visibilidade” (BRUNO, KASHIMIRO E FIRMINO, 2010), esta última associada à noção de “vigilância distribuída” (BRUNO, 2013). Dos vários aspectos e condicionantes que envolvem a vigilância na contemporaneidade nos termos acima, interessa-nos, especialmente, o aspecto da “terceirização” da vigilância para os próprios sujeitos vigiados. Isto é, cada vez mais, os sujeitos, por meio dos seus rastros digitais, criam as condições de vigilância, tanto com os dados fornecidos espontaneamente, quanto pelos que podem ser rastreados sem o nosso consentimento, mas a partir das nossas ações e atividades na rede (BRUNO, 2013).

É justamente a centralidade dessa cultura participativa que destacamos no segundo capítulo, tentando compreendê-la em sua relação com três mecanismos de legitimação da vigilância distribuída, a saber: via da segurança, da visibilidade e da eficiência informacional. Destaca-se nessa discussão a forte relação entre tais mecanismos e os hábitos e informacionais e comunicacionais dos sujeitos na sociedade contemporânea, inscritos na estrutura de rede “pós” tecnologias digitais, que favorecem a uma participação cada vez mais ativa dos usuários. É da importância e do uso que se faz de tais dados – abordados até então no âmbito da vigilância – que sugerimos no capítulo final conexões com os estudos da Economia Política da Comunicação que vêm estudando a reestruturação do sistema capitalista à luz da centralidade da informação e da participação dos sujeitos no fornecimento de conteúdos monetizáveis.

No esteio dessas questões, as reflexões finais, por fim, ressaltam o potencial de reforçar o diálogo entre as referidas temáticas da vigilância, da participação (por vias do entretenimento) e do capitalismo – respeitando-se, claro, as diferentes bases epistemológicas – a fim de contribuir com compreensões sociais na complexidade e entrelaçamento nos quais ocorrem. E o mais importante, que os estudos tratem de problematizar as questões no âmbito (e no sentido dos ganhos) da coletividade, mais do que reiterar os mecanismos do capital.

II – A questão da vigilância na sociedade contemporânea

A ideia de vigilância abordada no presente artigo está relacionada com observação/monitoramento de conhecimentos (informações, comportamentos) que tem como finalidade potencial uma intervenção (influenciar, gerir, proteger) sobre o vigiado. Essa perspectiva está presente na definição de David Lyon (2014), que trata da vigilância

como o monitoramento do comportamento, atividades ou outras informações, geralmente de pessoas, com o objetivo de influenciar, gerir, dirigir, ou protegê-las. Fundamenta também a perspectiva de Fernanda Bruno (2010), que define a vigilância como “a atividade de observação sistemática e focalizada de indivíduos, populações ou informações relativas a eles, tendo em vista extrair conhecimento e intervir sobre os mesmos de modo a governar suas condutas ou subjetividades” (p. 156).

Compartilhamos da ideia de que as práticas de vigilância, em si, não são uma novidade. No entanto, as formas como a visibilidade é vivenciada e negociada, ou como a privacidade é gerida, por ser uma questão profundamente cultural, faz com que o papel da vigilância nas relações sociais mude em diferentes contextos. É por essa razão que David Lyon (2014) refere-se a “culturas de vigilância”, enfatizando que estudar sobre o tema demanda compreender os desenvolvimentos passados dos quais estas dependem, reconhecendo que os atos de vigilância possuem uma longa história, e compreender as dimensões interativas, subjetivas, engajadas da vida diária.

Isso nos leva a compreender, ainda, que as questões de vigilância analisadas antes do advento da tecnologia digital por autores como Foucault, Deleuze, Benthan – como sintetizado por Bezerra (2014) –, por óbvio, não são as mesmas que envolvem a vigilância da sociedade contemporânea. Esta última deve ser pensada a partir de um amplo contexto sociocultural envolvendo diversos “novos” elementos que, longe de uma relação objetiva de causa e efeito, estabelecem complexas correlações, tais como: marcante desenvolvimento das tecnologias digitais, centralidade da informação como insumo do capitalismo, valorização da cultura do individualismo e significativas mudanças na formação da subjetividade.

A perspectiva de abordagem a partir dos “regimes de visibilidade” (BRUNO; KANAS IRO; FRIMINO, 2010) também considera a vigilância em sua complexidade e caráter cultural. Tais regimes implicam não tanto do que é visto, mas do que torna possível o que se vê, ou seja, tratam dos parâmetros e limites segundo os quais estamos habituados a ordenar o ver e o ser visto. A ideia é que “cada sociedade e cada época tem seu regime de visibilidade próprio e ele não pode ser deduzido nem dos atributos ou atos de um sujeito universal da visão, nem dos dados empíricos de um mundo em si mesmo visível” (ibdem, p.8). Não significa, no entanto, que cada regime de visibilidade seja um campo visual unificado de teorias e práticas, ao contrário, constitui uma construção constante, social e

histórica, portanto, um terreno de disputas e embates entre modelos dominantes e práticas menores.

O ponto central que nos interessa é a tese de que está em curso uma reordenação dos regimes de visibilidade nas sociedades contemporâneas, e que uma das partes mais visíveis no cotidiano dessa reordenação dos modos de ver e de ser visto parece ser a que envolve os dispositivos de vigilância. As mudanças são concretizadas na reorientação da experiência dos espaços e das tecnologias utilizadas cotidianamente, e os dispositivos são cada vez mais diversos em suas técnicas, modos de atuação e significações. Os autores enfatizam que a experiência e a presença, atual ou potencial, de tecnologias e procedimentos de vigilância tornaram-se cada vez mais corriqueiras nas arquiteturas urbanas, nos meios de comunicação, nas formas de deslocamento pelo espaço físico e informacional, de modo direto, indireto ou “combinado”.

Em certos casos, a observação e inspeção visual ocupam a frente da cena, em outros, a vigilância se exerce nos fluxos invisíveis das redes informacionais e das tecnologias infiltradas no espaço ampliado. Em outros casos ainda, estão em jogo combinações e partições variadas do visto e do não visto, atestando distintas relações entre vigilância e visibilidade nas sociedades contemporâneas e suas manifestações na organização do espaço (BRUNO, KANAS IRO e FRIMINO, 2010, p.7).

É nesse “novo” contexto que Bruno (2013) sugere uma ampliação da abordagem da “vigilância” para a “vigilância distribuída”. Isso porque, segundo a autora, a vigilância se recoloca como uma problemática que demanda reflexão na contemporaneidade (processo em andamento e envolvendo uma série de tensões) considerando as complexas dinâmicas atuais. Não bastaria, portanto, analisá-la apenas em sua contingência histórica e social, mas complexificando-a visando a sua atualidade. A definição de vigilância distribuída, portanto, intenta justamente responder a esta reinscrição da vigilância como problema no presente, como uma tentativa de conta do estado geral da vigilância nas sociedades contemporâneas:

[...] trata-se de uma vigilância que tende a tornar-se incorporada em diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, mas que se exerce de modo descentralizado, não hierárquico e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores: nas medidas de segurança e circulação de pessoas, informações e bens, nas estratégias de consumo e marketing, nas formas de comunicação, entretenimento e sociabilidade, na prestação de serviços etc (BRUNO, 2010, p. 156).

É importante destacar que os dispositivos de vigilância não constituem os únicos elementos de um regime de visibilidade, mas desempenham papel fundamental, uma vez que “participam ativamente desses múltiplos e concorrentes modos de fazer ver e de ser visto em nossas sociedades e os articulam com procedimentos mais ou menos explícitos de monitoramento, identificação, controle, coleta e produção de informações sobre os indivíduos e suas ações” (BRUNO; KANAS IRO; FRIMINO, 2010, p. 8). Dito de outro modo, como sintetiza Bezerra (2014), “para as condições de visibilidade próprias de determinada sociedade e época, afirmam, concorrem máquinas, práticas, regras e discursos que inserem os dispositivos de vigilância nos múltiplos e concorrentes modos de ver e ser visto” (p.1397).

Por uma questão metodológica centraremos atenção nos atuais dispositivos de vigilância em sua relação com nossos regimes de visibilidade, e no domínio mais específico das tecnologias e meios de comunicação (o que não implica desconsiderar que existem outros campos importantes para analisar essa relação, como o da experiência e ordenação do espaço). Nessa perspectiva, um elemento se destaca como fundamental para essa análise: a cultura de compartilhamento de informações pessoais, vigente nas redes digitais – fortemente relacionada a questões de visibilidade.

III – Participação dos usuários: um olhar sob a legitimação da vigilância distribuída

Inserido na complexa trama da cultura de compartilhamento de informações, o ambiente digital tem favorecido a uma produção crescente de massa de dados nas redes digitais, dados esses que revelam gostos, comportamentos e dados gerais dos usuários. Denominando tal processo de “digitalização da própria vida”, Rouvroy (2010) chama a atenção para a naturalização como a qual estamos lidando com a conservação digital de fatos, dados, gestos e eventos importantes que dizem respeito à vida dos indivíduos, criando uma “nuvem” informação digital que pode ser mobilizada a qualquer momento, e de modo cada vez mais rápido e fácil, inclusive a partir de aparelhos móveis que carregamos nos nossos bolsos. A autora aborda o tema para tratar da questão mais específica das novas vulnerabilidades às quais os indivíduos estão sujeitos no que diz respeito à perda do controle sobre a própria memória da sua história. Para isso, trata da contextualização mais geral de como essa conservação de rastros (áudio, visual, textuais) de atividades, trajetórias e preferências “parece ditada por objetivos aparentemente indiscutíveis de prevenção de

insegurança, racionalização dos serviços públicos, da maximização da eficiência e lucro das empresas, e até mesmo em usabilidade do contexto das redes sociais” (ROUVROY, 2010, p.63. *Tradução minha*).

As ideias refletidas por Rouvroy (2010) levantam temas centrais para compreendermos as relações entre vigilância, visibilidade e participação: os “rastros” que deixamos na nossa vida cotidiana e que podem ser cooptados como dados, e os mecanismos que levam à naturalização desse processo e, em certos aspectos, à nossa concordância em abrir mão da nossa privacidade. Esse cenário onde os próprios sujeitos criam as condições de vigilância com os dados que fornecemos conscientemente, ou aqueles que pode ser rastreados sem nosso consentimento, configuram uma espécie de “terceirização” da vigilância para os vigiados.

Mas o que faz com que sejamos tão atraídos a alimentar enormes bancos de dados? São muitos os fatores envolvidos que devem ser pensados no esteio de uma cultura marcada pelo individualismo, pela personalização, pela sujeição e, mais recentemente pela participação, exposição e compartilhamento. É uma análise, portanto, que envolve a transição de um “modelo de sociedade”, contemplando inclusive mudanças nos modos de produção de subjetividade. Por ser uma discussão de grande fôlego para o presente trabalho, nos limitaremos a sugerir como caminho de reflexão o aspecto mais específico de como os mecanismos de legitimação dessas práticas de vigilância contribuem para essa “naturalização” das praticas de produção de conteúdo nas atividades privadas dos sujeitos. Esse regime de legitimação da vigilância distribuída (que a torna mais tolerável e até desejável) é discutido por Bruno (2013) a partir de três as vias: segurança, visibilidade e eficiência informacional.

A legitimação pela via da segurança tem sido feita por uma vigilância preventiva que incita uma reflexividade calcada no risco e voltada para o futuro e para as consequências das ações presentes – diferentemente das tecnologias de segurança e vigilância modernas, que incitavam por parte dos vigiados uma reflexividade calcada na norma e no temor da anormalidade. Para Bruno (2013), é essa mesma retórica da segurança que também legitima o monitoramento e a vigilância de dados pessoais no ciberespaço, onde o caráter preventivo e preditivo da vigilância está fortemente presentes. Dito de outro modo, “justifica-se” o monitoramento e a classificação sistemáticos de informações pessoais de populações inteiras no intento de prever e prevenir atos criminosos eventuais.

Nesse aspecto, Lyon (2010) discorre sobre as implicações do regime de visibilidade midiático para a legitimação e ampliação das práticas de vigilância nas sociedades contemporâneas, sobretudo após o atentado de 11 de setembro de 2001. O autor alerta para o fato de que narrativas sem contexto da TV sobre os norte-americanos vítimas de uma violência estrangeira, colocada como “totalmente inesperado”, torna-se o meio de legitimação de outros tipos de “observação” oficial que, a princípio se apresenta como para “terroristas”, mas que acabam sendo estendidas a toda a população. Logo, sob o pretexto da segurança, o movimento orquestrado em torno do 11 de Setembro justifica pensá-lo como um divisor de águas da vigilância. Tais fatos “são mais evidentes nos EUA, mas relacionam-se a tendências globais e o que isso indica é o fortalecimento e a ampliação de tendências já existentes, particularmente na direção de uma vigilância algo rítmica, com o uso de bases de dados rastreáveis” (LYON, 2010, p.121).

Outra via de legitimação da vigilância distribuída indicada por Bruno (2013) provém das práticas e dispositivos de visibilidade próprios às mídias contemporâneas. Embora distintos, o regime da segurança e o regime midiático de visibilidade se alimentam e se apoiam reciprocamente na legitimação da vigilância, não apenas da convivência destes dois regimes distintos, mas de cruzamentos que transformam um e outro. A hipótese de Lyon (2010) sobre esse aspecto é que as relações dos expectadores com a cultura dos meios de comunicação² construíram uma familiaridade com a observação e, portanto, com a vigilância.

[...] a de que vigilância – que em sua raiz social e etimológica está ligada à observação - é aceita facilmente porque vários tipos de observação tornaram-se comuns em uma "sociedade espectadora" (*viewer society*) encorajada pela cultura da TV e do cinema. À medida que coisas antes consideradas "privadas" tornam-se abertas ao "olhar público" de muitos, e à medida que certas áreas íntimas e reclusas da vida são "vasculhadas", parece ser cada vez menos importante que este ou aquele dado pessoal, certa vez protegido, esteja agora disponível (LYON, 2010, p.117).

² Na esfera mais específica das tecnologias de comunicação de massa, tanto Lyon (2010) quanto Bruno (2013) analisam os modelos sinóptico, em que muitos veem poucos (Mathiesen, 1997), e o panóptico, em que poucos veem muitos (Bentham, 2000; Foucault, 1983), buscando evidenciar as relações entre a escopofilia e o voyeurismo vigentes na cultura visual midiática e os sistemas de poder das atuais práticas de vigilância. Enquanto Lyon (2010) analisa as complementaridades e tensões entre os modelos, Bruno (2013) sugere aponta para um “novo modelo reticular e distribuído, onde muitos vigiam muitos ou onde muitos veem e são vistos de variadas formas, algo como um palinóptico, referente radical grego palin, que designa processos de dupla via” (p.47).

Outro aspecto que merece destaque é que tais mudanças no modo de ver e ser visto, incorporadas aos meios de comunicação, se atravessam com mudanças relacionadas também à própria subjetividade, conjunto esse que favorecem ao cenário de uma vigilância crescente.

A vigilância contemporânea, seus dispositivos, seu modo de funcionamento e suas vias de legitimação são fortemente atravessados por esses jogos do ver e do ser visto, no seio dos quais as subjetividades encontram um domínio privilegiado de investimentos e cuidados. Não é, portanto, de se surpreender que para esta subjetividade a vigilância, considerando as suas múltiplas formas e significações atuais, apresente-se como aceitável, chegando a ser por vezes requerida (BRUNO, 2013, p. 47).

Fernanda Bruno (2013) chega a dedicar-se às interseções com o espetáculo, a estética, a produção de subjetividades e seus regimes atencionais, ainda no eixo das relações entre visibilidade e vigilância. Sem ser específica em relação ao último tópico, mas debruçando-se também na relação entre os novos modos de subjetivação contemporânea e os meios de comunicação, sobretudo das redes digitais, Paula Sibília (2008) também tem desenvolvido importante trabalho na área, abordando a questão da intimidade como espetáculo. No geral, o que esses estudos vêm tentando compreender são os mecanismos que estão por trás de algo que já perceptível no senso comum: ver e ser visto ganham cada vez mais sentidos atrelados à reputação, pertencimento, admiração, desejo, conferindo à visibilidade uma conotação prioritariamente positiva, desejável, que ressoa nos sentidos sociais que a vigilância assume hoje. “Ser visto e ser vigiado, assim como ver e vigiar, são progressivamente incorporados no repertório perceptivo, afetivo, atencional, social, e associados a processos de prazer, diversão, sociabilidade” (BRUNO, 2013, p.47).

Sobre os aspectos das duas vias de legitimação até então citadas, a segurança e a visibilidade, se apresenta como reflexiva a argumentação de David Wood e Rodrigo Firmino (2010) de que “no Brasil o medo da exclusão e do anonimato perante o Estado é significativamente maior do que o medo da vigilância e da invasão à privacidade” (p.12). Apesar de se referirem especificamente a análise que desenvolveram sobre os sistemas de identificação dos cidadãos pelo Estado brasileiro, tal reflexão dá pistas sobre essa realidade que estamos discutindo.

Por fim, a terceira via de legitimação da vigilância, complexificando os cruzamentos entre as vias anteriormente citadas, é o regime de eficiência informacional, especialmente vigente nas redes digitais de comunicação distribuída e serviços a ela associados. Ou seja,

diz respeito ao fato de que a oferta eficaz de um determinado serviço está atrelada a procedimentos de monitoramento, coleta, arquivo e classificação dos dados de seus usuários. É o caso mecanismos de busca na Internet (*Google*), telefones móveis, sistemas de geolocalização por satélite (GPS), redes sociais (*Facebook, Twitter, Myspace, Foursquare*), sites de compartilhamento de vídeo ou imagem (*YouTube, Flickr*), sites de compra na Internet (*amazon.com*), entre outros, que contam com sistemas de monitoramento e classificação de informações de seus usuários em seus próprios parâmetros de eficiência.

Destaca-se, aqui, como esse regime de eficácia mistura-se intimamente aos hábitos informacionais e comunicacionais dos sujeitos, especialmente, convivendo com o movimento do “impulso participativo” que tem ampliado a produção e disponibilização de conteúdos dos mais diversos tipos na Internet e, portanto, vem sendo um contexto privilegiado de monitoramento e vigilância. Bruno (2013) explora esses vínculos entre participação e vigilância no ciberespaço, suas alianças e tensões. A discussão opera no eixo das interseções entre vigilância e informação, especialmente no âmbito das redes digitais de comunicação distribuída, como a Internet, focalizando tanto as recentes formas de participação e produção de dados por parte dos indivíduos neste contexto, quanto os sistemas de monitoramento, rastreamento e montagem de arquivos e bancos de dados a partir dos rastros deixados pelos indivíduos no ciberespaço.

IV – Vigilância e a participação como capital a ser disputado

O fato é que, desde a convergência da informática com as telecomunicações, as redes de comunicação distribuída, como a Internet, ampliam significativamente as possibilidades de monitoramento, coleta e classificação de dados pessoais. Isso se intensifica, sobretudo, com a consolidação da chamada Web 2.0, seus serviços e plataformas cujos conteúdos são gerados pela participação dos usuários. Logo, dada esta vasta quantidade de rastros pessoais cotidianamente produzida, o monitoramento desses dados vem se tornando uma rotina dos serviços, sites, redes sociais e plataformas de produção e compartilhamento de conteúdo na Internet. É por essas vias que as dinâmicas da vigilância na Internet passam a ser intimamente relacionadas às formas de participação dos usuários.

(...) praticamente toda plataforma de produção de conteúdo por usuários hoje na Internet é também uma plataforma de captura tanto

dos dados dos próprios usuários quanto dos conteúdos e rastros produzidos por eles. Cabe assim afirmar que as dinâmicas da vigilância na Internet estão hoje intimamente atreladas às formas de participação dos usuários e aos embates que lhes correspondem (BRUNO, 2013, p.125).

Os interesses por esses rastros emanam dos mais diversos domínios: segurança, entretenimento, saúde, gestão do trabalho e recrutamento de pessoal, consultoria e propaganda política, desenvolvimento de produtos e serviços, vigilância e controle, inspeção policial e estatal etc Destacamos, no entanto, a exploração desses rastros digitais pelo capital. Ou, como desenvolve Raley (2013) no contexto dos discursos de vigilância, como tais dados se tornam um importante capital a ser disputado. É fato que “(...) a participação do usuário é hoje um motor e um capital valioso da Internet, em torno do qual há tensões nos mais diferentes setores: entretenimento, conhecimento, marketing, consumo, política, arte etc.” (BRUNO, 2013, p.126).

Tal embate na interseção entre vigilância e participação fica evidente, sobretudo, no campo atual da internet³ de face menos visível, mas bastante ativa da vigilância em sua geração 2.0: o gigantesco fluxo de rastros pessoais em plataformas participativas. São vários os elementos técnicos envolvidos, dentre os quais Bruno (2013) destaca os “processos conhecidos como *dataveillance* (vigilância de dados), *data mining* (mineração de dados) e *profiling* (perfilagem), que monitoram e classificam tais dados, construindo saberes que sustentam uma vigilância proativa sobre indivíduos e populações” (BRUNO, 2013, p.127). O grande diferencial do tratamento desses rastros digitais é que valem muito mais pela capacidade de projetar desejos, comportamentos e intenções futuras ou potenciais, do que para retratar fatos ou identificar suas origens. É justamente o tipo de conhecimento que eles permitem gerar que potencializam o valor econômico e estratégico dos rastros digitais.

Bruno (2013) destaca a disputa de poder entre essa captura e capitalização da participação (para vigilância ou lógicas comerciais) e o movimento participativo que tem alternativas aos modelos tradicionais de produção e partilha de informações, conhecimentos e bens culturais (softwares livres e abertos, websites *wiki* e de produção colaborativa),

³ Outros dois campos onde tais embates também estão presentes são primeiro, o da exposição de dados pessoais na Internet cada vez mais sujeito tanto à inspeção policial e corporativa quanto ao monitoramento e à vigilância entre familiares, conhecidos, colegas de trabalho. O segundo campo seria o que analisa como a produção de conteúdo na Internet não está apenas sujeita à vigilância por parte de outrem, mas pode ser ela mesma vigilante, como o caso de aplicativos e plataformas que orientam a participação para o monitoramento de espaços urbanos são os objetos de análise deste tópico. (BRUNO, 2013).

assim como ações políticas de contravigilância ou de resistência a sistemas de controle (organizações voltadas para a proteção de dados pessoais nas redes digitais; softwares que burlam o rastreamento das navegações dos usuários; grupos de contravigilância ou de vigília de vigilantes). No entanto, comungamos da ideia de que tem sido muito mais forte a dimensão da reestruturação do capital para tirar o máximo de proveito dessas articulações, evidenciando-se aqui como a vigilância e os negócios estão intrinsecamente relacionados, alimentando-se mutuamente e, quase sempre se apresentando por uma terceira dimensão: o entretenimento. Implica, assim, que para qualquer uma dessas esferas, os usuários, de modo consentido ou não, têm sido peça fundamental para fazer esse jogo funcionar.

Essa problemática da capitalização da volumosa massa dados gerados pelos usuários tem sido objeto de estudo da Economia Política da Comunicação, no âmbito da reestruturação do modo de produção capitalista. As perspectivas de análise dessas mudanças têm se dado por diferentes abordagens, a exemplo de capitalismo cognitivo e trabalho imaterial (aqui abordado com base nas articulações de Albagli (2013)) ou do capital—informação e do trabalho informacional (aqui fundamentado por Dantas (2006; 2013; 2014)). No entanto, ambas coincidem pontos de abordagem sobre a reestruturação capitalista como: trazer a informação como principal “matéria prima” do capitalismo, implicando em mudanças nos mecanismos de realização e valor do capital, na natureza do trabalho, na relação entre produtores e consumidores – de modo que esses últimos passam também a fornecer os já referidos “conteúdos” dos mais diversos monetizados pelo capital.

Isso pode ser percebido, por exemplo, a partir da noção de mais-valia 2.0, que consiste na apropriação de trabalho não pago, literalmente gratuito, através de um sistema de agenciamento social, via meios eletrônicos de comunicação, lineares ou reticulares, que incorpora, na produção de valor, bilhões de pessoas que estariam aparentemente se divertindo ou cuidando de suas atividades profissionais (DANTAS, 2014). No caso da internet, são necessárias estruturas físicas para que as redes de interação se estabeleça, que são as plataformas e serviços gerados por profissionais pagos, mas, no fim das contas, não são esses produtos que geram valor nesse tipo de negócio, e sim a própria interação “gratuita” dos usuários que os utilizam. A audiência, então, trabalha gerando a mercadoria, ao fornecer para os servidores das grandes corporações – e seus sofisticados algoritmos de rastreamento, registro e análise – dados extremamente precisos sobre gostos, vontades, expectativas de um “consumidor”. Uma implicação importante desse estágio do capitalismo

avançado é que, mais do que nunca, o consumo produz produção em tempo real, reduzindo os tempos de realização ao limite zero.

Ross (2013) analisa a questão pelo mesmo caminho: o usuário não é um consumidor no senso tradicional. O real consumidor é o anunciante que compra a fonte valiosa de dados que os usuários produzem na variedade de atividades que ele desenvolve (tecnicamente conhecida como o sinal do clique) (p.18). A recompensa para o usuário é o livre acesso à plataforma e ao software, de modo que, a maioria dos usuários são inconscientes de como os proprietários das plataformas lucram do conteúdo voluntário de sua comunicação, ou como de fato eles próprios estão gerando produto monetizável para os proprietários. Nesse sentido, Ross (2013) lembra a enfática citação de Andrew Lewis: “se você não está pagando por alguma coisa, você não é o consumidor, você é o produto que está sendo vendido” (tradução minha). Do mesmo modo, quando aspirantes a estrelas fazem de tudo para construir ranking nas redes sociais não alocam as mais substanciais recompensas, estas ficam para aqueles que utilizam essas métricas, aqueles que detêm o sistema de propriedade intelectual. O contrato social subjacente a este tipo de economia é, portanto, um acordo profundamente assimétrico (ROSS, 2013, p.19).

Nesse contexto, tanto Fucks (2013), quanto Dantas (2014), Ross (2013) e Albagli (2013), acreditam que o termo “*prosumers*” cunhado por Alvin Toffler na década de 1980 pode ser bem aplicado à realidade contemporânea, já que se a classe de consumidores têm se envolvido além de uma passiva aceitação das escolhas do mercado. Esse parece ser justamente o caso dos usuários da internet: tornam-se trabalhadores que produzem mais valia e são explorados pelo capital na web 2.0, uma vez que devotam esforços para construir relacionamentos e polir uma identidade social, materiais esses que serão fonte do lucro aproveitado por outros.

Essa perspectiva da navegação nas redes como um “trabalho”, na hipótese da emergência de um capitalismo cognitivo, é tratada como “trabalho imaterial”, considerado como aquele que mobiliza informação, conhecimento, inovação, imagens, criatividade, afetos, relações. A matéria prima é a subjetividade, que se torna “diretamente produtiva”, e o seu produto final é uma relação social, uma relação de capital (antes escondida na produção material) em cuja reprodução a atividade passa a ter um valor econômico (LAZZARATO; NEGRI apud ALBALGI, 2013). Assim, o sujeito passa a ser demandado cada vez mais em sua vida e subjetividade.

É a vida toda e todo o tempo de vida que são postos a trabalhar, e o que se produz não é mais o excedente, mas a “excedência” de formas de vida. A

distinção entre trabalho e vida torna-se tênue, desfazendo ‘a clássica divisão entre trabalho produtivo e improdutivo (ROGGERO, 2011,p.93), e coincidindo tempo de vida e tempo de trabalho, produção e reprodução (ALBAGLI, 2013, p. 109).

Dantas (2014), por sua vez, compreende essas atividades na rede como um trabalho informacional e semiótico, que tem materialidade, e que deve ser tratado sim como trabalho “produtivo” nos termos de Marx. Para o autor, o trabalho do âmbito da Economia Política equivale ao trabalho semiótico do âmbito da comunicação e da cultura, “trabalho semiótico naquele significado mesmo a ele dado por Umberto Eco (1980; 1981). Estamos falando da produção, valorização, distribuição de signos” (p.94). Nesse sentido, todas as atividades desenvolvidas nas redes (perfil no facebook, palavra-chave no *google*, foto no *instagram*, baixar música no ipod) configuram trabalho semiótico. Do adolescente que busca uma música para baixar no seu iPod, ao engenheiro que examina gráficos expressando a totalidade dos movimentos de milhares de adolescentes “plugados” nos iPods, em todas as fases há diversos momentos de trabalho semiótico. Dantas (2014) defende que essas duas esferas constituem um trabalho vivo socialmente combinado de onde advém o valor do qual se apropria o capital no seu estágio avançado. Concorrem para esse objetivo tanto os trabalhadores imediatos contratados (artistas, jornalistas, produtores), quanto a mobilização da audiência, monetizada por meio da sua relação interativa e participativa com os eventos espetaculares (no sentido de Debórd).

Apesar das divergências, sobretudo em relação à “materialidade” desse “novo” trabalho desenvolvido nas redes digitais, importa para a presente discussão que mesmo as diferentes abordagens acomodam bem a ideia da “contribuição” significativa dos sujeitos ao capitalismo com “insumos” cada vez mais pessoais.

V– Considerações finais

A discussão traçada no presente artigo evidencia a reflexão de Bruno (2013) de que vivemos um encontro de interesses extremamente favorável a novas formas de vigilância e controle. De um lado, as empresa tem interesse econômico nos dados, e os obtém de forma cada vez menos custosa. De outro lado, o sujeito tem interesse cultural em estar nas redes, produzindo dados – mesmo que não tenha consciência direta disso (BRUNO, 2013, SIBÍLIA, 2008).

Partindo da ideia de que vigilância, entretenimento e negócio caminham cada vez mais juntos, procuramos destacar como são diversas as estratégias não só de captação e

capitalização desses dados, mas também de legitimação dessa “cultura” que favorece à exposição, à vigilância, ao compartilhamento da vida. A ideia do presente artigo, articulando ideias da Economia Política da Comunicação e do campo da vigilância foi evidenciar o fato de que o indivíduo tem sido cada vez mais demandado – em todos os aspectos da sua vida – no contexto social, cultural e econômico da contemporaneidade. É preciso, pois, que os estudos dêem cada vez mais conta dessa questão em sua complexidade e na interdisciplinaridade das reflexões, não apenas na especificidade dos referidos campos.

Os estudos da vigilância na perspectiva aqui abordada se apresentam na tentativa de colocar no âmbito coletivo o necessário questionamento dos destinos, ainda abertos, da participação e da vigilância no ciberespaço, desviando tais práticas da participação e da vigilância do nível das soluções individuais para o nível da construção coletiva de políticas de visibilidade e produção de dados no ciberespaço que problematizem os meios vigentes de controle e vigilância, em vez de o reiterarem. (BRUNO, 2013, p.144). No campo da economia, a perspectiva do capital-informação (DANTAS, 2006; 2013; 2014) tece críticas mais duras à “exploração” dos sujeitos, do que na perspectiva do capitalismo cognitivo (ALBAGLI, 2013), que parece apostar mais na disputa da relação de poder, argumentando que “o trabalho imaterial e a informação viva constituem um saber vivo que, apesar de ser apropriado em termos de valor pelo capital, também significa autonomia do trabalho, instaurando-se nessa tensão um campo de lutas e relação de poder” (p.123).

Em meio às divergências, o fato comum é que, como destaca Ross (2013), que tirar vantagens do tempo livre das pessoas e explorar o tempo que gastam se divertindo, sem parecer trabalho, começa a ser visto como uma viável estratégia de negócios, sugerindo que a rede social é o combustível do século XXI. E é preciso que os mecanismos de articulação por traz dessa estratégia sejam esclarecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. Informação, saber vivo e trabalho imaterial. IN: ALBAGLI, Sarita (Org.) *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, 2013.

BEZERRA, Arthur. “culturas de vigilância”, “regimes de visibilidade”: novos caminhos para a pesquisa em ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*. Porto Alegre: Sulina, 2013 (Caps. 1 e 3).

BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Org.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

DANTAS, Marcos. *Comunicação, Desenvolvimento e Democracia: Desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática*. Fundação São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

_____. “Informação como trabalho e como valor”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 19, 2006, p. 44-72, disponível em http://www.marcosdantas.pro.br/textos_estudos/pdf1.pdf

_____. "Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital". *EpticOnline*, v. 16, n.2, 2014, disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/2167>>.

FUCHS, Christian. Class and exploitation on the internet. IN: SCHOLTZ, T. *Digital labor: the internet as playground and factory*. New York: Routledge, 2013.

LYON, D. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Org.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LYON, D. Situating surveillance: history, technology, culture. In: Histories of state surveillance in Europe and beyond. In: KEES, B.; VAN BRAKEL, R.; FONIO, C.; WAGENAAR, P. (orgs.) *Histories of State Surveillance in Europe and Beyond*. New York; London: Routledge, 2014.

RALEY, R. Dataveillance and counterveillance. In: GITELMAN, L. (Ed.) «*Raw Data*» is *anoxymoron*. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2013.

ROUVROY, A. La “digitalisation de la vie même”: enjeux épistémologiques et politiques de la mémoire digitale. In : *Documentaliste – Sciences de l’Information*. Vol. 47, n. 1, 2010. pp. 63-64. Disponível em: <http://www.adbs.fr/adminsite/objetspartages/liste_fichiergw.jsp?OBJET=DOCUMENT&C ODE=76971425&LANGUE=0>. Acesso em 15 jul 2014.

ROSS, Andrew. In search of the lost paycheck. IN: SCHOLTZ, T. *Digital labor: the internet as playground and factory*. New York: Routledge, 2013.

SIBILIA, Paula. *O show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.